



**II Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional**  
**Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional**  
**Mestrado e Doutorado**  
**Santa Cruz do Sul, RS – Brasil - 28 setembro a 01 de outubro.**

## **COOPERATIVISMO E AGROECOLOGIA COMO ELEMENTOS PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL<sup>1</sup>**

*Laura Regina Cardoso Krolow<sup>2</sup>*

*Mário Riedl<sup>3</sup>*

### **RESUMO**

O principal objetivo deste trabalho foi analisar estratégias utilizadas por agricultores familiares para se inserir no processo de comercialização. Para tal, optou-se pelo método de abordagem dialético, utilizando a técnica de pesquisa qualitativa. Um estudo de caso foi realizado na cooperativa COOESPERANÇA, localizada em Santa Maria, Rio Grande do Sul. A hipótese sugere que o novo cooperativismo, ao invés de iniciativas individuais, constitui um dos elementos essenciais para o desenvolvimento de regiões que tem a economia baseada no setor primário. Além disso, ele é incentivador da transição para uma agricultura com enfoque agroecológico. Percebeu-se que a Agroecologia e o cooperativismo são estratégias importantes no processo de desenvolvimento das regiões que têm, nas suas bases econômicas grande influência do setor agropecuário, uma vez que valorizam as potencialidades locais e auxiliam na promoção do desenvolvimento regional.

**Palavras-chave:** Agroecologia; Cooperativismo; Desenvolvimento Regional.

### **ABSTRACT**

The main objective of this dissertation was to analyze the strategies used by family farmers in the commercialization process. For this purpose, we decided for the dialectic

---

<sup>1</sup> Evento: II Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional. UNISC/Universidade de Santa Cruz do Sul. 2004.

<sup>2</sup> Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Agronomia, Universidade Federal de Pelotas/RS. E-mail: krolaa@tutopia.com.br

<sup>3</sup> Dr. em Sociologia. Docente da Universidade de Santa Cruz do Sul-RS.

method. The research technique was the qualitative analysis. A case study was accomplished in a cooperative called COOESPERANÇA, located in Santa Maria, Rio Grande do Sul. The hypothesis suggests that the new cooperatives system, instead of individual initiatives, is an essential element for the development of areas with economy based on the primary sector of production. Besides that it is an incentive tool for the transition for an agricultural production with agro ecological focus. We concluded that agro ecological production and the cooperative system are important strategies in the process of development of the areas that have, in their bases great economical influence of the agricultural section. Once, they value the local potentialities and they aid in the promotion of the regional development.

Key words: Agro ecology; Cooperative system; Regional Development

## INTRODUÇÃO

Atualmente, o ideário de desenvolvimento está voltado para o contexto da sustentabilidade<sup>4</sup>. Exige-se o reconhecimento da complexidade e heterogeneidade dos ecossistemas. No que se refere ao rural, esta nova perspectiva, no âmbito da agricultura sustentável, requer uma nova forma de gestão de uso dos recursos naturais. O olhar, que se restringe apenas a bens ilimitados de produção isolados do ecossistema e da microbacia na qual estão inseridos, não é capaz de dar conta da construção de estratégias que conduzam os sistemas à sustentabilidade. Bem como, não é mais possível pensar ou planejar "de fora" projetos ou programas de desenvolvimento, deixando de partir da realidade sócio-política-ambiental e cultural dos agricultores que ali vivem *e (re) produzem suas condições de vida*<sup>5</sup> (Silva, 2002).

A fim de diminuir/minimizar as disparidades regionais que se instalam na maioria dos municípios brasileiros com predominância da agricultura familiar<sup>6</sup>, e resgatar interconexões e interações entre componentes já citados, acredita-se em duas vias. Uma de transição dos

---

<sup>4</sup> A discussão, em torno deste conceito, é ampla e abrangente. Não será abordado neste trabalho, entenda-se que esta abordagem está além de aspectos ambientais; o social deve ser incluído como um dos fatores mais polarizados e com forte influência para que a sustentabilidade não ocorra, devido ao aumento populacional pressionando o meio ambiente. De acordo com Gliessman (2000), a agricultura sustentável é aquela que reconhece a natureza sistêmica da produção de alimentos, forragens e fibras, equilibrando, com equidade, preocupações no que se refere à saúde ambiental, justiça social e viabilidade econômica, entre diferentes setores da população, incluindo distintos povos e diferentes gerações; contemplando diferentes nações e organismos vivos, e estende-se à perspectiva do futuro.

<sup>5</sup> Inserção nossa.

<sup>6</sup> De acordo com Veiga (1998) os agricultores familiares representam cerca de 4,14 milhões de estabelecimentos agropecuários, ou 85,2% dos estabelecimentos existentes no Brasil, ocupam 30,5% da área total e respondem por 38% do valor bruto da sua produção - VBP e mais de 50% da maioria dos produtos da cesta básica.

agricultores para sistemas que possibilitem a (re) construção de uma agricultura amparada em princípios ecológicos, cujo esforço é “apenas” aproximar dos ecossistemas naturais - Agroecologia. E outra assentada na proposta do novo-cooperativismo; ações coletivas que indicam outra direção aos agricultores familiares em busca de garantir novo sentido para sua permanência no espaço rural.

Assim, este trabalho teve por objetivo compreender as estratégias utilizadas pelos agricultores familiares para se inserir no processo de comercialização, e, por consequência, colaborar para o desenvolvimento da região. Para tal, optou-se por um estudo de caso a fim de se aproveitar de uma experiência em aplicação direta com agricultores. Esta cooperativa é a Cooperativa Mista dos Pequenos Produtores Rurais e Urbanos Vinculados ao Projeto Esperança (COOESPERANÇA), em Santa Maria, no Estado do Rio Grande do Sul.

A hipótese sugere que o novo-cooperativismo se torna um dos elementos essenciais para o desenvolvimento de regiões que têm a base econômica dependente do setor primário – ao invés de iniciativas individuais e facilitadoras da transição para uma agricultura com enfoque ecológico.

Os procedimentos metodológicos adotados na elaboração da pesquisa que permitiram atingir os objetivos propostos foram os seguintes e descritos no decorrer do segundo capítulo:

- 1 Estudo de caso no contexto de uma cooperativa em Santa Maria, no Estado do Rio Grande do Sul;
- 2 Método de abordagem dialética com pesquisa qualitativa; utilizando-se de dados quantitativos;
- 3 Técnica de pesquisa adotada, foi a entrevista;
- 4 Instrumento de pesquisa utilizado foi o “roteiro” com perguntas semi- estruturadas.

Ao parafrasear Bordenave (1988), pode-se dizer que o desenvolvimento de uma região resulta de uma série de transformações quantitativas e qualitativas que se reproduzem na população envolvida, e na qual os efeitos convergentes produzem, com o tempo, a elevação do nível de qualidade de vida. No entanto, o desenvolvimento regional é resultado de um processo de integração social, econômico, político e ambiental.

Mas, como a todo instante surgem problemas, cuja solução dependerá das mais distintas áreas do conhecimento, as comunidades necessitam se valer de adaptação de capacidades, a fim de resolver tais conflitos. Dessa forma, num contexto nada romântico, cidades e regiões são obrigadas a competir entre si, e dado à ingerência do Estado que lhes devolve a

responsabilidade na solução de problemas que antes eram de sua responsabilidade (Becker, 1999).

Para Brose (2000) o desenvolvimento não se restringe apenas aos campos citados. Faz-se necessário que a sociedade defina primeiramente, qual o tipo de ações de desenvolvimento a adotar que satisfaça suas aspirações, já que vive em uma dinâmica capitalista. Todavia, Becker (1999) afirma que a busca por novos modelos ou estratégias de desenvolvimento regional, pode ser funcional, em um primeiro momento ao sistema capitalista, pois necessita de acumulação financeira, mas com o tempo, pode transformar-se em um processo emancipatório destas comunidades.

Nesse ambiente emancipatório, Abramovay (1998) parece não ter dúvidas que a energia para a renovação de elites, determinante dos rumos do desenvolvimento, possa vir de projetos que mobilizem agentes/atores/sujeitos, para a valorização das diferenças nos espaços regionais. Obviamente nos lugares onde a agricultura familiar for mais forte, maiores serão as chances de existirem movimentos<sup>7</sup> associativos e instituições estáveis, capazes de incorporar a sinergia, sem a qual não há desenvolvimento (Abramovay, 1998).

A formação dessas instituições associativas, torna os participantes mais ativos e críticos a modelos que não resolvem suas necessidades. Em função disto, Becker (2002) entende que o desenvolvimento regional é um processo, cuja dinâmica é impressa de dentro e por iniciativa própria de agentes/atores/sujeitos participantes de ações coletivas regionais.

Em regiões com predominância do setor agropecuário, as cooperativas<sup>8</sup> podem ser vistas como um agente transformador, mesmo não tendo deixado de ser um instrumento do próprio capital que utiliza os agricultores familiares – geralmente localizados em terras marginais – que, até então, estavam distantes do esquema de mercado e com importância econômica cada vez menor (Cardoso *et al.*, 2001).

No que se refere a contribuições da COOESPERANÇA, percebeu-se, pelos depoimentos dos entrevistados, que houve um aumento de espaço para a comercialização e divulgação dos diversos produtos, representativos da agricultura familiar. A comercialização antes baseada na incerteza de atingir individualmente as demandas das redes de supermercados, entregas em domicílio, entreposto do comerciante intermediário, condições climáticas e localização das feiras livres. Hoje, os agricultores encontram-se mais satisfeitos

---

<sup>7</sup> Becker (2002), considera estes movimentos como um contramovimento defensivo e/ou ativo que enquanto região se auto-determinará pelo processo de regionalização da valorização da vida, constituindo-se no espaço de todos (incluídos/excluídos).

<sup>8</sup> Schneider (2001) menciona que a natureza da organização cooperativa é dúbia, pois tem uma dimensão econômica, que deve ser racional, eficiente, eficaz e efetiva; e por outro lado, uma dimensão social, resultado de uma associação de pessoas que constituem uma empresa para satisfazer suas necessidades estando intrínseco o fator ambiental.

com os retornos e, destacam como principais vantagens do cooperativismo o intercâmbio de idéias, experiências e o valor agregado ao produto, que retorna ao estabelecimento rural, devido ao maior poder de negociação.

Pode-se dizer<sup>9</sup>, que a Cooperativa possibilitou maior integração dos agricultores com o mercado. Possibilitou a aproximação destes com o consumidor, propiciando estruturar sua produção para atender as necessidades particulares, *in loco de* determinados grupos de consumidores.

Outra vantagem percebida<sup>10</sup> em relação a COOESPERANÇA foi a organização dos agricultores em grupos. O que promoveu a melhoria da comunicação e resgate da auto-estima, uma vez que a in-comunicação é uma característica das áreas rurais, determinada não apenas pelo isolamento geográfico, mas pelo baixo nível de instrução e da longa jornada de trabalho, os quais não permitem aos agricultores o envolvimento em outras atividades (Bordenave, 1988).

Os dados deste trabalho encontram-se de acordo com os pressupostos de Schneider (2001), quando menciona que as cooperativas têm dois objetivos. Uma vez que as ações mercadológicas devem ser consideradas como parte do processo de desenvolvimento das comunidades rurais, visto que estas interferem na captação de recursos econômicos que retroalimentam a permanência do homem no meio rural. Da mesma forma, o encontro dos agricultores nas feiras, contempla dois objetivos: econômico e social. Se por um lado, buscam agregar valor ao produto, por outro, superam a in-comunicação visto que, o primeiro intera-se com o segundo objetivo.

Isso significa que, superando a in-comunicação o homem descobre a educação do desejo. Esta educação é a grande função organizadora do desenvolvimento participante que ao educar o desejo, estimulá-lo e despertá-lo o agricultor estará melhorando sua auto-estima (Becker, 2002). De acordo com o autor, as estratégias concebidas para o desenvolvimento regional baseadas na idéia de aumentar a participação coletiva, enquanto processo democrático, educam e abrem espaços para o plural, para o diverso, para o diferente provocando uma transformação qualitativa nos espaços regionais.

---

<sup>9</sup> Para que esta pesquisa se firmasse, inicialmente ocorreram várias visitas à Cooperativa e ao escritório do Banco da Esperança, não para aplicação do roteiro de entrevistas, todavia, para conhecer a rotina de trabalho, que apoiados na literatura, contribuiu no aporte da coleta e análise de dados, participou-se de vários eventos realizados com apoio da COOESPERANÇA.

<sup>10</sup> Para Karnopp (1997), a acumulação de capital privilegia as empresas multinacionais, que formam complexos agroindustriais, sendo um traço característico destes a integração de agricultores, induzidos a produzir o que decidem as empresas. Bem como, as técnicas utilizadas e a quem vender. Ou seja, ocorre a perda de autonomia.

A participação (...) é um processo formativo lento, uma recuperação coletiva da capacidade de organizar e de construir uma região (...). O padrão de desenvolvimento próprio, só é possível, potencializando as especificidades sociais e culturais de cada região que, por si só, são diferenciadoras e, por isso, possibilitadoras de inserções diferenciadas. (Becker, 2002, p. 50)

Segundo os agricultores, o cooperativismo possibilita o resgate da autonomia, não apenas, relacionado ao processo produtivo, mas, a inserção nas articulações que permitem solucionar problemas comuns e, reivindicar soluções no processo de desenvolvimento. Ao considerar válidos os conhecimentos dos atores, devolve-lhes a autonomia de escolha, e passam a ser agentes transformadores que optam por um sistema que permite a diminuição progressiva dos resíduos químicos em seu estabelecimento rural, bem como (re) interar a agricultura aos ecossistemas naturais, permitindo a auto-organização sistêmica.

Observou-se, entre os entrevistados, uma perspectiva promissora quando se mostraram interessados pela redução de agrotóxicos e a indicaram como uma das principais vantagens da Agroecologia. Neste aspecto vislumbrou-se uma importante tomada de consciência visto que, foi unanimidade entre os entrevistados, os quais legitimam o uso da Agroecologia como forma de reação ao modelo convencional de se obter a produção agrícola.

A partir de fatores essenciais à vida, como o alimento saudável ou sem veneno e valorização de saberes, que Becker (1999) entende que o desenvolvimento regional para ser diferenciado necessita valorizar aspectos culturais e naturais. O cultural (mundo construído regionalmente, pelo homem local), produto das relações dos homens entre si e dos homens com a natureza local, e o natural visto como um mundo dado. Esses elementos, para o autor, reagem como possibilitadores ou limitadores de uma inserção diferenciada de cada localidade no processo do desenvolvimento regional.

Apesar de ainda haver preocupações e discussões mais voltadas para o natural, na opinião dos entrevistados, e respaldados pelos interesses coletivos da cooperativa, mesmo com muitas dificuldades, especialmente no que se refere a mão-de-obra, acreditam na Agroecologia, enquanto prática que reduz aplicação de agrotóxicos, com tendência à expansão de mercado, valorização do agricultor e reconhecimento do consumidor ao adquirir o produto.

Em geral, a parte polêmica na discussão de opções para o desenvolvimento está vinculada ao entendimento das ações prioritárias na comunidade. A inserção na proposta de cooperativas e do sistema agroecológico foram as alternativas encontradas pelos agricultores familiares associados a COOESPERANÇA. Assim como, o êxito para muitos dos pequenos

---

agricultores está na dependência do resgate de equilíbrio, primeiramente econômico, sobretudo, por estarem inseridos em um sistema capitalista. Embora não concordando com este sistema, vêem-se obrigados a produzirem resultados para sobreviverem, pois o mercado estipula suas regras e tolera apenas àqueles que as seguem (Schneider, 2001).

Como exemplo, em uma pesquisa de Darolt (2001) sobre o papel do consumidor no mercado de produtos orgânicos, nota-se que os consumidores destacaram como problemas, respectivamente, a falta de regularidade, pouca diversidade, quantidade e aparência dos produtos agroecológicos. Estas constatações foram citadas, pelos agricultores participantes da amostra, quando se referiam às desvantagens da prática agroecológica.

Os agricultores ressaltaram como desvantagem predominante o “aumento da mão-de-obra”, limitante no aumento da produção agroecológica. Neste contexto, a Carta Agroecológica, editada em recente evento promovido pela EMATER – RS “IV Seminário Internacional sobre Agroecologia, I Congresso Brasileiro de Agroecologia e V Seminário Estadual sobre Agroecologia”, define como uma das prioridades a implementação de políticas públicas de estímulo à transição agroecológica e de fortalecimento da agricultura familiar (EMATER – RS, 2003).

Entre as prioridades da Agroecologia, deve ser inserida a participação da pesquisa na busca por tecnologias alternativas que minimizem a mão-de-obra e corrijam falhas. O aumento da mão-de-obra, segundo os agricultores amostrados, impede-os de diversificarem a produção gerando irregularidades de produtos que, em uma situação de constância, causa descrença aos consumidores, determinando o fracasso da proposta alternativa.

As expectativas dos agricultores são similares às da maioria, em estudos nesta área. Existe a necessidade de políticas públicas diferenciadas para o cultivo agroecológico, programas que conscientizem o consumidor, rotulagem dos produtos através de certificações “mais justas” e expansão das áreas de comercialização.

A análise dos elementos necessários para o desenvolvimento agroecológico, obviamente, não está inerte aos efeitos das expectativas dos atores/agentes/sujeitos. Para uma dada população o desenvolvimento implica na busca de alguns fins, citados por Todaro *apud* Mattedi & Theis (2002, p. 88), que são eles:

- ❖ Aumentar a disponibilidade e ampliar a distribuição de bens de consumo básico;
- ❖ Melhorar as condições materiais de vida, não apenas mediante a elevação de rendas, provisão de mais empregos e melhor educação, mas também através de uma atenção maior a valores culturais e

humanísticos, elevando o bem-estar e a auto-estima individual e coletiva;

❖ Expandir o elenco de opções econômicas e sociais disponíveis aos indivíduos e às coletividades, de modo a permitir que se libertem da submissão – não apenas em relação a outros indivíduos e coletividades, mas também em relação às forças de ignorância e da miséria humanas.

Na opinião dos agricultores entrevistados, a Cooperativa possibilitou o aumento da renda, justamente por ser articuladora de uma proposta diferenciada, que prioriza algumas necessidades básicas como a saúde alimentar. A identidade definida pela Cooperativa foi aceita pelos consumidores que regularmente freqüentavam as feiras organizadas pela COOESPERANÇA, solidificando as bases para o desenvolvimento agroecológico.

Mas, como o fortalecimento de uma região não depende apenas da motivação dos integrantes da agricultura familiar ou de uma região e também está relacionado com a conjuntura política, é natural que a discussão feita neste trabalho, instigue o debate e/ou surgimento de opiniões muitas vezes contrárias, mas, que enriquecem e fortalecem os rumos para o estabelecimento e o desenvolvimento de uma Agroecologia consistente.

É evidente, conforme constado por BrincKmann (1997) que qualquer ação em prol do desenvolvimento deve corrigir os rumos, a fim de diminuir o agravamento contínuo da exclusão social e da degradação ambiental, que compromete a qualidade de vida das gerações presentes e futuras. E ao sugerir o (re) direcionamento do desenvolvimento se estará impulsionando o homem em sua trajetória evolutiva. Assim, tornam-se importantes as palavras de Altieri traduzido por BrincKmann (1997), através da figura 01, sobre os requisitos para alcançar uma agricultura sustentável.

FIGURA 01 – Requisitos para o desenvolvimento regional com enfoque na agricultura familiar.



Fonte: Adaptado de Altieri, *apud* Brinckmann (1997).

Embora caiba a um pequeno grupo (cientista) a função de pesquisar, reunir e integrar informações pertinentes às estratégias em prol do desenvolvimento regional, convém observar que um grande grupo (sociedade urbana ou rural), deveria ser inserido nestes espaços de discussões. Especialmente, se o objetivo for promover o desenvolvimento qualitativo, evidenciados por muitos autores, na construção de uma proposta capaz de superar a crise sócio-ambiental. E que não coloque em risco a continuidade da reprodução socioeconômica dos vários segmentos da sociedade (Costabeber & Moyano, 2000).

Para tanto, é preciso reter do exposto, que o desenvolvimento regional, com enfoque nos agricultores familiares, acontecerá no momento em que atores passivos na sociedade atual (re) ajam diante dos movimentos verticalizados de promoção de desigualdades sociais e impactos ambientais. Estas (re) ações, quando coletivas (contramovimento), se transformam em motor do processo de mudança na estrutura convencionada.

Dito em outras palavras e referindo-se a Agroecologia, espera-se que este contramovimento, como referido por Becker (2002), se manifeste além da prática discursiva de algumas experiências isoladas nos espaços rurais. Porém, segundo Almeida (2002) ela é

portadora, em gestação, de um movimento que poderá, no futuro, provocar uma transformação no campo político (que definirá os rumos do desenvolvimento), desde que articule aliados capazes de provocar uma ampliação no poder de luta, e vindos a representar mais do que um movimento social “modista”.

Almeida *op cit.*, complementa que não será somente com as tentativas de inserção e viabilização econômica, através de novas tecnologias e alternativos canais de comercialização direta, dentro da economia globalizada, que a Agroecologia irá se impor.

Por mais minoritárias que sejam essas reações e atores no contexto do amplo movimento de contestação ao modelo de desenvolvimento vigente, eles parecem indicar outra direção, pensando a problemática da agricultura e de alguns aspectos da sociedade em termos suscetíveis de provocar um transbordamento para fora dos espaços sociais constituídos, mesmo que, por enquanto, denotem características ainda um pouco fluídas, às vezes, ambíguas e mesmo contraditórias. Assim, essas ações começam sob a coordenação de certos atores específicos, a buscar outras interpretações sociais que possam indicar uma possibilidade de operar um (novo) sentido para o social. (Almeida, 1998, p.246)

Portanto, admite-se que em qualquer proposta para o desenvolvimento regional, seja através da Agroecologia ou na formação de cooperativas, temas geradores deste trabalho, a validade da equação construída por Becker (2002, p. 46), como segue:

Uma sociedade (+) organizada = (++) participação política;  
 (++) participação política = (+++) desenvolvimento econômico  
 = padrões regionais diferenciados de desenvolvimento.

Esta integração, na sua forma de (re) ação ativa, somente será possível se os agentes regionais, enquanto protagonistas diretos do desenvolvimento regional, conceberem e fizerem nascer, naturalmente, um processo de organização social pró-desenvolvimento regional através de uma crescente participação política (Becker, 2002).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa teve como ator básico o agricultor familiar associado à cooperativa COOESPERANÇA de Santa Maria – RS. Buscou-se, junto a esta instituição, visualizar as estratégias utilizadas pelos agricultores familiares na inserção do processo de comercialização dos produtos característicos da agricultura familiar.

A Cooperativa viabilizou o processo de transição agroecológica para a maioria dos casos entrevistados. E enquanto instituição, que prima pelo fortalecimento das relações homem-natureza, articula projetos e inúmeras vantagens para os agricultores, configurando-se um dos elementos que se diferencia no processo de desenvolvimento em regiões agrárias. E por consequência, os efeitos convergirão ao longo do tempo em qualidade de vida.

O Feirão Colonial mostrou-se uma eficiente ferramenta na interação de trabalhadores rurais e urbanos, cujo mecanismo propicia a superação dos limites do desenvolvimento em termos de in-comunicação e auto-estima, bem como do desenvolvimento regional associado ao processo emancipatório evidenciado por Becker (1999).

A Cooperativa contribui para a percepção da auto-valorização do trabalho e do potencial decisório do agricultor e, conseqüentemente da ruptura do assistencialismo característico de muitos programas de políticas públicas agrícolas. Nos quais, o agricultor figura como ator – não como agente – expressando ação passiva diante de situações/soluções pré-estabelecidas.

O assistencialismo gera insegurança na maioria dos agricultores, em termos de políticas externas à intermediação da Cooperativa. A insegurança parece estar condicionada à falta de informações qualitativas sobre as maneiras de acessar e gerenciar o recurso.

As contribuições do cooperativismo na vida dos agricultores tem intrínseca outras melhorias, além do valor agregado. Pressupondo que novas políticas são pré-requisitos para o desenvolvimento regional, embora por si só, não se sustentem. Torna-se necessária a articulação da nova política com a realidade rural, especialmente voltada a recuperação das bases de recursos degradados dos estabelecimentos rurais. O estudo revelou o potencial do cooperativismo para implementação de práticas que restabelecem a condição do equilíbrio dinâmico nos agroecossistemas.

No desenvolvimento do sistema de produção agrícola diferenciado, no que se refere à degradação ambiental, a influência da Cooperativa, vem contribuindo para a maximização da percepção ambiental, da maioria dos agricultores cooperados, colaborando com a proposta do desenvolvimento diferenciado, que permitirá a inclusão socioeconômica nos ambientes agrários, diante da economia de mercado globalizada.

Contudo, a Agroecologia resgata a relação dos agricultores com os agroecossistemas, já que os sistemas agrícolas estão fortemente entrelaçados às questões ambientais, a organização social, valores, crenças, tecnologias disponíveis e percepções ambientais dos atores/agente/sujeitos envolvidos no espaço rural. Constatou-se, ainda, que os agricultores entrevistados percebem os benefícios envolvidos com a produção agroecológica, especialmente com referência à significativa redução do consumo de agrotóxicos. Onde,

legitimam a proposta agroecológica como uma prática de inserção diferenciada no processo de desenvolvimento das regiões que dependem do sistema agropecuário para manter sua identidade regional.

A meta maior dessa pesquisa foi salientar o potencial do cooperativismo e da Agroecologia, como elementos estimuladores ao desenvolvimento das regiões com aptidões agropecuárias. Esses elementos são capazes de recuperar valores e percepções dos agricultores e, inclusive oportunizar a associação do conhecimento antigo (clássico) ao novo (moderno) na (re) construção de novos significados para as perspectivas multidimensionais do desenvolvimento regional.

No entanto, não se espera ser hegemônico ao propor os dois temas, pois a viabilidade das propostas está além da técnica; engloba um trabalho interdisciplinar que negocia e administra conflitos de interesses, sejam coletivos ou individuais, na arena que envolve a definição dos rumos do desenvolvimento regional. Fundamentalmente, quando se reconhece os vários habitats que compõem o sistema maior, a biosfera, que serve de base para a estruturação das comunidades sustentáveis. E neste sentido, são importantes as palavras de Frantz (2002, p.7)...

Não se trata de um campo de concordâncias teóricas ou práticas, pois, no espaço da problemática social do desenvolvimento, as discordâncias e as contradições são, ainda, profundas. No entanto, os desafios que nascem da problemática do desenvolvimento, estão postos às diferentes ciências, à política, à economia, à cultura, à educação. A aprendizagem acontece como um produto da divergência, pois na concordância pouco se aprende. Esse cenário de divergências tem também as mais diferentes raízes históricas, seja a partir dos conhecimentos ou das ideologias, dos interesses privados, de indivíduos ou grupos, ou dos interesses públicos, dos cidadãos ou instituições. Poderíamos dizer que no espaço social da dinâmica do desenvolvimento, os homens se encontram com suas necessidades, desejos, interesses, conhecimentos, suas razões e emoções, suas limitações e contradições, e deles fazem a base para as políticas e as práticas de desenvolvimento.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Capital social: cinco proposições sobre desenvolvimento rural** (versão preliminar). In: FÓRUM CONTAG DE COOPERAÇÃO TÉCNICA. São Luís – MA, dez. 1998. (mimeo.)

ALMEIDA, Jalcione. **A Agroecologia entre o movimento social e a domesticação pelo mercado**. In: V SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO SOBRE INVESTIGAÇÃO EM PESQUISA AGROPECUÁRIA - IESA; V ENCONTRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA

DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO – SBSP. **Anais (CD rom)...** Florianópolis, SC, 20 a 23 de maio de 2002. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/pgdr/textosabertos/ensaioAgroecologia.pdf>>. Acesso em: 22 mai. 2003. 22p. Versão preliminar.

\_\_\_\_\_. Significados sociais, desafios e potencialidades da Agroecologia. In: FERREIRA, A. D. D.; BRANDENBURG, A. (Org.) **Para pensar: outra agricultura**. Curitiba: Editora da UFPR, 1998, p. 239-247.

BECKER, Dinizar Fermiano. A economia política do (Des) envolvimento regional contemporâneo. **Redes** – Revista do Mestrado em Desenvolvimento Regional – UNISC. Desenvolvimento regional: desafios de uma nova área do conhecimento – parte I. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, v.7, n.3, p. 35-59, set./dez. 2002. 199p.

\_\_\_\_\_. Estratégias regionais pró-desenvolvimento do Rio Grande do Sul. **Redes** – Revista do Mestrado em Desenvolvimento Regional – UNISC. Gestão regional e globalização. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, v.4, n.1, p. 91-127, jan./abril. 1999. 241p.

BORDENAVE, Juan E. Diaz. **O que é comunicação rural**. São Paulo: Brasiliense S.A., 1988. p. 7-44.

BRINCKMANN, Wanderléia E. Limites e desafios para a agricultura e o desenvolvimento sustentável nas pequenas propriedades familiares. **Redes** – Revista do Mestrado em Desenvolvimento Regional – UNISC. Agricultura familiar e desenvolvimento regional. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, v.2, n.2, p. 15-40, dez. 1997. 263p.

BROSE, Marcus. **Fortalecendo a democracia e o desenvolvimento local: 103 experiências inovadoras no meio rural gaúcho**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000. p. 13-61.

CARDOSO, I. R.; RAMOS, J. A. B.; FLORES, C. S. M. Agricultura familiar e cooperativismo numa área do recôncavo sul da Bahia. In: XXXIX CONGRESSO DA SOBER. Recife, 05 a 08 de agosto de 2001. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/nea/rurbano/textos/congrsem/sober01/sober2001.htm>>. Acesso em: 24 ago. 2003.

COSTABEBER, J. A.; MOYANO, E. [Transição Agroecológica e Ação Social Coletiva](#). **Revista Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável**. EMATER – RS, Porto Alegre, v.1, n.4, p.50-60; out./dez., 2000.

DAROLT, Moacir Roberto. **As principais correntes do movimento orgânico e suas particularidades**. Paraná. Disponível em: < <http://www.planetaorganico.com.br/trabdurolt.htm>>. Acesso em: 22 jun. 2001.

EMATER – RS. Carta Agroecológica 2003. Disponível em: <[http://www.emater.tche.br/geral.php?menu=sem\\_4.inc](http://www.emater.tche.br/geral.php?menu=sem_4.inc)> . Acesso em: 25 nov. 2003. 4p.

FRANTZ, Walter. **Desenvolvimento local, associativismo e cooperação**. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GESTÃO PÚBLICA, DESENVOLVIMENTO E CIDADANIA, 2002. UNIJUI, Ijuí/RS. Disponível em: <[ipd.unijui.tche.br/simposio/texto1WFrantz.doc](http://ipd.unijui.tche.br/simposio/texto1WFrantz.doc)> . Acesso em: 15 ago. 2003. 23p.

GLIESSMAN, Stephen R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. Porto Alegre: UFRGS, 2000, 653p.

KARNOPP, Erica. Agricultura familiar no contexto regional. **Redes** – Revista do Mestrado em Desenvolvimento Regional – UNISC. Agricultura familiar e desenvolvimento regional. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, v.2, n.2, p. 9-13, dez. 1997. 263p.

MATTEDI, M. A.; THEIS, I. M. Cruzando fronteiras: conhecimento e interdisciplinaridade na pesquisa em desenvolvimento regional. **Redes** – Revista do Mestrado em Desenvolvimento Regional – UNISC. Interdisciplinaridade e desenvolvimento regional. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, v.7, n.2, p. 77-94, mai./ago. 2002. 196p.

SCHNEIDER, José Odelso. Cooperativismo e a promoção do desenvolvimento sustentável. **Extensão Rural** – Centro de Ciências Rurais. Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural, Santa Maria, n. 8, p. 63-98, jan./dez. 2001.

SILVA, Carlos Eduardo Mazzetto. **Sustentabilidade ambiental e gestão do uso da terra: uma abordagem voltada aos assentamentos de reforma agrária**. 2002. Disponível em: <<http://www.dataterra.org.br/Documentos/Mazzetto.htm>>. Acesso em: 12 out. 2002.

VEIGA, José Eli da. Diretrizes para uma nova política agrária. In: SEMINÁRIO SOBRE REFORMA AGRÁRIA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, 1998, Ceará: **Data Terra**. Disponível em: <<http://www.dataterra.org.br/Semce/zeeli.htm>> . Acesso em: 01 nov. 2001, 23p.